

para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 24-01-2008, pelas 10:30 horas, para a realização da reunião de Assembleia de Credores de Apreciação do Relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

27 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Isabel Maria A. M. Faustino*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Afonso*.

26110714495

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 8758/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 582/06.3TYVNG

Insolvente: M. A. Gomes & Gomes — Ourivesaria e Joalharia, S. A.,

Publicidade de Deliberação nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: M. A. Gomes & Gomes — Ourivesaria e Joalharia, S. A., NIF — 500835241, Endereço: Rua da Junqueira, n.º 68, 4490 Póvoa de Varzim

Administrador de Insolvência: Sebastião Campos Cruz, Endereço: Rua Dr. Serafim Lima n.º 245-1.º Sala 6 e 7, S. Martinho do Bougado, 4785-315 Trofa

Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra identificado, por decisão da Assembleia de Credores, foi aprovado Plano de Insolvência.

23 de Novembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — O Oficial de Justiça, *Cristina Maria Duarte Carvalho*.

2611074201

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 8759/2007

Publicidade de sentença e notificação de interessados

nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, Processo 510/07.9 TYVNG, 3.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 05-12-2007, 14h 48m, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): PETROLEÇA — Soc. de Representações, L.ª, NIF — 500216720, Endereço: Avenida Dr. Fernando Aroso, n.º 424, Leça da Palmeira, Matosinhos, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Inácio Peres, NIF 174 561 768, Telefone 226060500/Fax 226060501, Endereço: Praça do Bom Sucesso, 61-5.º-Sala 507, 4150-144 Porto

É administrador do devedor:

João Barros Sousa e Silva, com endereço na Rua de Diu, 68-1.º-Braga, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

6 de Dezembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Sá Couto*. — A Oficial de Justiça, *Fábia Jesus Moreno*.

2611074217

TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Anúncio (extracto) n.º 8760/2007

Processo: 124/02.0GAVRS

Processo Comum (Tribunal Singular) 814499

A Mmª Juiz de Direito Drª Maria Paula Figueiredo, da Secção Única — Tribunal Judicial de Vila Real de St. António:

Faz saber que no Processo Comum (Tribunal Singular) n.º 124/02.0GAVRS, pendente neste Tribunal contra a arguida Mirela Novacovici, filha de Aurel Novacovici e de Maria Novacovici, nacional de Roménia, nascido em 15-06-1974, estado civil: Solteiro, profissão: Empregada Doméstica, BI 16193249, domicílio: Cova da Onça, Bela Mandil, 8700-000 Olhão, o(a) qual se encontra acusado pela prática do(s) seguinte(s) crime(s):

1 crime(s) de Furto simples, p.p. pelo artigo 203.º n.º 1 do C. Penal, praticado em 16-06-2002;

é o(a) mesmo(a) declarado(a) contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do C. P. Penal.

A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do(a) arguido(a) em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos:

a) Passagem imediata de mandados de detenção, para efeitos do disposto no artigo 336.º n.º 2;

b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo(a) arguido(a), após esta declaração;

c) Suspensão imediata dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do(a) arguido(a), sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do C. P. Penal;

d) Proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades ou repartições públicas e, designadamente, passaporte ou carta de condução.

5 de Dezembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Paula Figueiredo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria de Jesus Rodrigues Cons-tância*.

Anúncio (extracto) n.º 8761/2007

Processo: 124/01.7GAVRS Processo Comum (Tribunal Singular)

A Mmª Juiz de Direito Dr.ª Maria Paula Figueiredo, da Secção Única — Tribunal Judicial de Vila Real de St. António:

Faz saber que no Processo Comum (Tribunal Singular) n.º 124/01.7GAVRS, pendente neste Tribunal contra a arguida Saskia Van Geel filha de C N Van Geel e de B I Van Geel Kruse, nacional de Holanda, nascido em 15-04-1967, estado civil: Casado, profissão: Assistente Social, Passaporte — N.º 35430322, domicílio: Quellynstraat 122 — D, 1073 XI, Amsterdão — Holanda, a qual vem acusada do seguinte crime:

- 1 crime de Ofensa à integridade física simples, p.p. pelo artigo 143º n.º 1 do C. Penal, praticado em 17-07-2001;

é a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 335º, 337º e 476º, todos do C. P. Penal.

A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação da arguida em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos:

a) Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do C. P. Penal;

b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida, após esta declaração;

c) Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

10 de Dezembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Paula Figueiredo*. — O Escrivão Auxiliar, *Rui Colaço*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA VERDE

Anúncio n.º 8762/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 1357/07.8TBVVD

Insolvente: Mendes e Torres, Lda

Credor: Isaac Fernando Duarte Pedroso & Filho, Lda e outro(s)...

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Vila Verde, 2º Juízo de Vila Verde, no dia 27-11-2007, 14,30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Mendes e Torres, Lda, NIF — 500753008, com sede no Lugar da Gandra, Soutelo, 4730-570 Vila Verde.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

João Manuel Couto Moraes de Almeida, com domicílio na Av.ª Dr. João Canavarro, N.º. 305, 3.º. S/32, Edif. Alameda 1, 4480-000 Vila do Conde

São administradores do devedor: José Torres Fernandes e Maria do Rosário Fernandes Pereira, a quem é fixado domicílio no lugar de Gandra, freguesia de Soutelo, Vila Verde.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

28 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Paula da Gama Araújo*. — O Oficial de Justiça, *Domingos José Rosadas Vieira Cunha*.

2611074193

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extracto) n.º 30240/2007

Por despacho da Juíza-Secretária do Conselho Superior da Magistratura, de 4 de Dezembro de 2007.

Foi Carlos Alberto Gil Soares, Secretário de Justiça, a exercer funções no Tribunal Judicial da comarca de Penamacor nomeado, em comissão de serviço, para exercer funções de secretário de inspecções judiciais, pelo período compreendido entre 1-12-2007 e 30-9-2008.

6 de Dezembro de 2007. — A Juíza-Secretária, *Maria João Sousa e Faro*.



PARTE E

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA

Aviso (extracto) n.º 26221/2007

Por Despacho da Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa de 21 de Novembro de 2007:

Enfermeira Graduada, Cristina Rosa Soares Lavareda Baixinho, admitida nesta Escola, nos termos do disposto n.º 3, do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção aduzida pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e nos n.ºs 1 e 3, do artigo 2º, do Decreto-lei n.º 101/2003, de 23 de Maio, é autorizada a prorroga-

ção da sua requisição por mais um ano, com efeitos a partir de 05 de Dezembro de 2007.

3 de Dezembro de 2007. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Filomena Mendes Gaspar*.

Aviso (extracto) n.º 26222/2007

Por Despacho da Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa de 07 de Outubro de 2007:

Autorizada a renovação da comissão de serviço extraordinária da equiparada a assistente de 2º triénio Carla Alexandra Fernandes do Nascimento Gonçalves, pelo período de 2 anos, com início a 1 de Dezembro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Dezembro de 2007. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Filomena Mendes Gaspar*.